

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO ADONIAS MONTEIRO. DD.
RELATOR DO PROCESSO: 1.084.213 – QUARTA COORDENADORIA DE
FISCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DE MINAS GERIAS.

ITAGIBA DE PAULA VIEIRA, brasileiro, casado, inscrito no **CPF 542.452.656-04**, cédula de identidade nº M-4.226.456-SSP/MG, residente e domiciliado com endereço para correspondência à Rua Atanásio dos Santos, nº99, bairro Centro, Carmo do Paranaíba-MG., CEP 38840-000, vem à íncrita presença de Vossa Excelência, por seus procuradores, apresentar **DEFESA**, pelas razões de fato e de direito adiante alinhavadas.

1. CONSIDERAÇÕES DE FATO

O Município de Carmo do Paranaíba deflagrou o processo de inexigibilidade de licitação nº07/2015, objetivando a contratação de *“empresa especializada em revisão e recuperação de contribuições previdenciárias, levantamento e assessoramento na recuperação de receitas do Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) incidentes sobre operações realizadas por instituições financeiras no território municipal (...)”*.

Ocorre que, no período de execução do mencionado contrato, o Ministério Público de do Estado de Minas Gerais efetuou operação que teria



identificado possível tráfico de influência exercido pelo escritório de advocacia Ribeiro Silva Advogados Associados para contratação do escritório Costa Neves Advogados Associados em determinados municípios mineiros, dentre os quais estaria Carmo do Paranaíba.

Nesse interregno, o Ministério Público de Minas Gerais, por meio do promotor Daniel Marotta, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO), encaminhou documentação atinente à ação penal que tramita na Comarca de Uberlândia (MG), em que constam depoimentos havidos em razão de acordos de colaboração premiada dos advogados do escritório de advocacia Costa Neves, doutores Carlos Augusto Costa Neves e Ramon Moraes do Carmo, além de gravações em vídeo, movimentos bancários, conversas por Whatsapp, recibos, contratos, cheques e comprovantes de pagamento.

Após a instrução da investigação, inclusive mediante ofício ao Município, encaminhado ao prefeito que sucedeu o ora investigado, foi apresentada representação em face de diversos ocupantes e cargos públicos em Carmo do Paranaíba, apontando como irregularidades (i) ajuste prévio entre o então Prefeito Municipal e o escritório Costa Neves, (ii) terceirização de atividade típica e contínua da Administração, (iii) ausência dos requisitos de inviabilidade de competição, notória especialização e singularidade do serviço a justificar a contratação por inexigibilidade, (iv) ausência de justificativa do preço e valor estimado dos honorários e (v) pagamento antecipado à Sociedade de Advogados Costa Neves.

O postulante foi devidamente citado para responder este procedimento, tendo o mandado de citação sido juntado no dia 16 de novembro de 2020.

Eis a síntese dos fatos.



2. PRELIMINARMENTE

2.1. *Da exclusão da responsabilidade do Defendente. De sua necessária supressão do polo passivo da presente demanda.*

A análise da prova emprestada ou mesmo da prova produzida ao longo desta investigação, é indicativa de que o Postulante não concorreu para qualquer espécie de ajuste (prévio ou posterior) com o escritório de advocacia Costa Neves ou qualquer correu, caso estes tenham ocorrido. Não se trata, eminente Relator, de dúvida a respeito de sua participação, nem mesmo de não existirem provas neste sentido, **mas de estar provado que não houve participação de Itagiba de Paula Vieira em nenhum tipo de negociação.**

Pois bem. Em razão de notícias veiculadas na imprensa e de investigação realizada pelo Ministério Público do Estado, o Ministério Público de Contas instaurou o inquérito civil nº1/2017 a fim de investigar a contratação do escritório de advocacia Costa Neves nos municípios de Abadia dos Dourados, Canápolis, Centralina, **Carmo do Paranaíba**, Patrocínio, Presidente Olegário e Perdizes. Todos os contratos detinham a mesma finalidade: contratação do escritório para recuperação de ativos tributários.

Nos autos foram acostados uma série de documentos, dentre os quais consta o procedimento de inexigibilidade de licitação promovido pelo Município de Carmo do Paranaíba. Tal procedimento foi impulsionado pela Secretaria de Administração (fls.200), planejamento e finanças, naquela época gerida pelo Postulante.

Contudo, o procedimento não contém vício formal ou qualquer indicativo de ilegalidade. Imagina-se Vossa Excelência que, à época, era necessário contratar escritório de advocacia especializado em recuperação de ativos, trata-se de uma decisão política. Os órgãos administrativos, dentre eles

a Secretaria de Administração, se moveram a fim de atender tal necessidade. Não há, até este ponto, qualquer ilegalidade.

Consta dos autos parecer jurídico, juntado às fls.204/205, em que a procuradora do Município à época oficiou pela legalidade do procedimento.

Por outro lado, os termos de colaboração premiada acostados a estes autos por meio de prova emprestada são claros e não atribuem ao defendente qualquer tipo de conduta ímproba e/ou ilícita. Observando-se cuidadosamente os termos de declaração dos advogados que efetuaram a delação, juntados às fls.242 e seguintes, observa-se que foi narrada toda uma senda possivelmente criminosa e, em momento algum, o nome do postulante é citado, seja como autor, coautor, contribuinte, beneficiário direto ou indireto. Deste modo, é impossível ante à prova acostada, lhe imputar qualquer tipo de ilícito ou mesmo de conluio.

E aí prossegue outro fato revelador, que é o de que, justamente ante à prova substancial de que o Postulante não cometeu ato ilícito, ele não foi denunciado na ação penal distribuída por dependência aos autos nº0702.17.029481-4, acostada às fls.249/253. Daí eminente Relator, extrai-se uma conclusão inarredável: Itagiba não cometeu crime, não burlou licitação, não recebeu propina, não entabulou acordo com terceiros, nem mesmo com o então prefeito.

Aliás, a denúncia traz troca de mensagens pelo aplicativo *whatsapp*, também fornecidas pelo acordo de delação premiada, que demonstram que o requerente não tinha qualquer relação com os advogados envolvidos neste caso, nem mesmo qualquer tipo de acordo espúrio com o próprio Prefeito. As mensagens foram trocadas por Flávio Ribeiro Silva e servidores daquele Município, cujo assunto é a cobrança de pagamento que deveria ser efetuado pelo Município ao escritório e, naquele momento, estava em atraso e há, em determinado ponto, às fls.257 v., trecho dizendo que "Ele falou que ia conversar com o Itagiba, pq o caixa ta apertado e ele precisa das



compensações". Ora, indene de dúvidas que Itagiba sequer tinha contato com os envolvidos no processo ou mesmo interesse em resolver quaisquer questões ilegais provenientes do mencionado contrato.

Existem também, às fls.267/278, comprovantes de transferências bancárias e fotocópias de cheques também fornecidos pelos delatores. Não existe qualquer transferência, acordo, nada, em termos financeiros, em nome, nem a mando do ora postulante, salvo os atos republicanamente praticados na gestão da secretaria municipal de administração, planejamento e finanças.

Ora, este é um resumo do corpo probatório que consta dos autos. A prova é clara no sentido de que não existe qualquer tipo de cogitação, participação ou coautoria do postulante em qualquer ato ilícito, de modo que seu processamento neste feito acaba por se revelar como ato violador dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, visto que não há justa causa para tanto. Ora, se está provado que Itagiba não concorreu para qualquer crime ou ilícito que seja, qual seria o motivo para ser condenado em Representação perante este Tribunal de Contas?

Luiz Wambier e Eduardo Talamini definem prova do seguinte modo "Assim, conceitua-se prova como o instrumento processual adequado a **permitir que o juiz forme convencimento sobre os fatos que envolvem a relação jurídica objeto da atuação jurisdicional**"¹. Tomando por base o ensinamento, pergunta-se: o que leva a concluir a respeito dos fatos que envolvem esta relação jurídica? Conclui-se, com muita razoabilidade e com arrimo em provas, que Itagiba jamais concorreu para qualquer tipo de relação ilegítima com as pessoas mencionadas neste processo.

Se a prova não indica qualquer participação do postulante em suposto conluio, o que justifica então o fato do mesmo integrar o polo passivo

¹ Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 12.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 495.

* Os grifos são intencionais.

deste processo? Quer nos parecer que tal situação é sustentada tão somente pelo fato do requerente, à época, ter ocupado o cargo de secretário municipal de administração, planejamento e finanças.

Para chegar a tal conclusão, colha-se a argumentação do Ministério Público de Contas lançada na Representação, a fim de justificar o processamento de Itagiba:

"96. O Sr. Itagiba de Paula Vieira, Secretário de Administração de Carmo do Paranaíba ao tempo da contratação, foi a autoridade responsável, em conluio com o ex-Prefeito, pela solicitação de contratação do escritório Costa Neves Sociedade de Advogados, por inexigibilidade (DOC. 5).

97. E nem se diga que o então Secretário de Administrativo não sabia da irregularidade da contratação, pois fora advertido pela Controladora Interna do Município, que lhe recomendou a revisão dos procedimentos adotados, com fulcro na Consulta 873.919 do TCE-MG. Depois de advertido, omitiu-se em suspender os pagamentos ao escritório, reafirmando o conluio entre os agentes públicos.

98. Os atos praticados pelo Sr. Itagiba de Paula Vieira, Secretário de Administração do Município de Carmo do Paranaíba ao tempo da contratação, violaram diversos princípios e leis que regem a Administração Pública, notadamente os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, os arts. 2º, 3º, 25, inciso II e 26 da Lei Federal n. 8.666/93, além dos arts. 62 e 63 da Lei Federal n. 4.320/64." (Grifos intencionais)

Tem-se, portanto, diversas conjecturas no trecho, que demandam análise perfunctória. Somente para fins didáticos, interessante separá-las nos

seguintes termos: (i) Itagiba foi autoridade responsável pela solicitação da contratação do escritório de advocacia, (ii) teria postulado a contratação em conluio com o prefeito, (iii) o fato da então controladora interna do Município ter alertado e recomendado a revisão dos procedimentos e suspensão dos pagamentos revelaria uma reafirmação do alegado conluio e (iv) seu atos seriam violadores dos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade.

A primeira e segunda conjecturas remetem, *concessa venia*, a uma inversão de valores sem tamanho. Ora, Itagiba foi autoridade responsável pela contratação de escritório de advocacia, tal fator é decorrente de lei. Itagiba era secretário responsável pela tributação, arrecadação e administração, somente ele seria responsável por tal mister. Se houve contratação de escritório de advocacia, Itagiba é o responsável por tal contratação, do mesmo modo que este foi responsável por diversas outras contratações havidas naquele período, todas lícitas.

Este fato não é revelador de qualquer conluio com o prefeito. Ora, se há uma demanda de recuperação de créditos, o próximo ato a ser tomado é a contratação e empresa para tal mister e o postulante era o responsável por este ato. O impulso para contratação seria reveladora de conluio caso Itagiba não fosse competente para tal mister e insistisse na contratação, o que não é o caso; ou mesmo se estivesse demonstrado cabalmente algum tipo de conluio entre Itagiba e o então Prefeito, o que nem de longe foi provado.

Conluio, eminente Relator, não se presume, se prova. Em conhecida entrevista ao jornal Estado de São Paulo, o Ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, traz ensinamento de grande envergadura, vejamos:

“Não podemos presumir o excepcional, o extravagante, o extraordinário, o teratológico. Não podemos presumir que todos os homens, todos os juízes, todos os desembargadores, todos os ministros dos tribunais



superiores são salafários. Eu tenho de presumir uma postura digna por parte de alguém que personifica o Estado, o Estado-Juiz.”²

O extraordinário não se presume, sob pena de adentrarmos, a todo tempo, em um Estado policalesco. Ora, se a prova dos autos é indicativa que o postulante não cometeu qualquer ato ilícito, não há que se presumir conluio de sua parte. Trata-se, repetida *venia*, de arroubo retórico afirmar tal conluio, que inclusive, bom que se diga, é alegado na petição inicial de representação, mas não provado.

Voltando à inversão de valores no que diz respeito à responsabilidade do requerente pelo incitamento da contratação, o caso também nos remete à teoria do órgão. Como se sabe, tal teoria foi formulada por Gierke e teve, entre nós, um importante adepto, na figura de Hely Lopes Meirelles, que a esse respeito asseverou o seguinte:

“a teoria do órgão veio substituir as superadas teorias do mandato e da representação, pelas quais se pretendeu explicar como se atribuíram ao Estado e às demais pessoas jurídicas públicas os atos das pessoas humanas que agissem em seu nome. Pela teoria do mandato considerava-se o agente (pessoa física) como mandatário da pessoa jurídica, mas essa teoria ruiu diante da só indagação de quem outorgaria o mandato. Pela teoria da representação considerava-se o agente como representante da pessoa, à semelhança do tutor e do curador dos incapazes. Mas como se pode conceber que o incapaz outorgue validamente a sua própria representação?

Diante da imprestabilidade dessas duas concepções

² Ministro Marco Aurélio : 25 anos no STF / Supremo Tribunal Federal. — Brasília : STF, 2015.

doutrinárias, Gierke formulou a teoria do órgão, segundo a qual as pessoas jurídicas expressam a sua vontade através de seus próprios órgãos, titularizados por seus agentes (pessoas humanas), na forma de sua organização interna. O órgão – sustentou Gierke – é parte do corpo da entidade e, assim, todas as suas manifestações de vontade são consideradas como da própria entidade.³

Como se percebe, as pessoas jurídicas expressam suas vontades pelos órgãos e estes são titularizados por pessoas humanas, que são as emissoras desta vontade (de onde ela parte). Com isso se pretende dizer que, sendo a Secretaria de Administração titularizada por Itagiba, somente ele poderia realizar a contratação do malfadado escritório. Se há uma demanda para contratação de escritório de Advocacia, as pessoas que titularizam esses órgãos, mormente secretário e prefeito, evidentemente que conversam para a tomada da decisão de contratar, o que é efetivado pelo secretário. Conversas republicanas, douto Relator, aqui não cabe presunção extraordinária.

Portanto, só se pode falar em conluio, caso seja demonstrado, mediante provas ou indícios, que o mesmo teria sido estabelecido entre as partes antes da tomada de decisão, pelo órgão. Caso contrário, foi um caso comum de manifestação de vontade do órgão. Neste diapasão, Augusto Vinicius Fonseca e Silva tem ensinamento lapidar a respeito de tal teoria, para ele o órgão:

“é parte do corpo da entidade e, assim, todas as suas manifestações de vontade são consideradas como da própria entidade. Tal teoria transporta para o campo do Direito Administrativo o próprio corpo humano: órgão é coração, é rim, é pulmão. O corpo é o todo. A manifestação

³ **Direito Administrativo Brasileiro**. 23.ed. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 67.

*Os grifos são intencionais.

do amor, pelo coração (órgão) e declarado pela boca (órgão) é manifestação do corpo (todo)”⁴

O resumo é simples: Se há uma demanda no órgão, pessoas se reunirão e tomarão decisões para que o “corpo” possa manifestar. Sem a demonstração de conluio na tomada de tais decisões, neste caso entre Prefeito e Secretário, é impossível concluir pela ilicitude de uma simples ordem de contratação de serviços.

A terceira ilação consiste no fato de o Ministério Público de Contas ter concluído que o não atendimento a uma orientação do controle interno seria prova de conluio. Tal conclusão é renovadamente presunçosa, *data venia*.

Consta nos autos a orientação da Controladora Interna, como aduz o Acusador Oficial. No entanto, sabe-se que, na estrutura administrativa Municipal de Carmo do Paranaíba (MG), o controle interno é órgão consultivo, que emite opiniões a respeito da higidez das contas e contratações, no entanto, uma divergência de interpretações em relação ao controle não representa, inadvertidamente, a prática de ilícito. O controle interno não é a polícia do Município, nem qualquer tipo de órgão portador de uma verdade universal, é apreciador de contas, suscetível a erros como quaisquer outros.

Não há, ilustre Relator, uma norma em direito que convelo de ilícito qualquer ato praticado em desacordo ou sob crítica do controle interno. Evidentemente que o órgão existe e é deveras importante na estrutura Administrativa Municipal, no entanto, existem divergências, que são comuns na orla da Administração Pública.

É preciso colocar os fatos em um contexto, no intuito de evitar presunções. Há um contrato vigente, sendo devidamente cumprido e, pela ótica comum, um contrato que naquela oportunidade trazia frutos para a

⁴ *Apud* QUEIROZ, João; SANTOS, Márcia. Direito Administrativo. Elsevier Brasil, 2013.



municipalidade (recebimento de ativos), de modo que sua não revogação ou suspensão não é ato ou omissão reveladores de conluio, mas de uma vontade administrativa que, dentro desta ótica, é legítima.

Ademais, a contratação foi escudada em parecer jurídico. Um Secretário de Administração, a quem cabe tomar decisões, acaba tendo que optar entre a manifestação da procuradoria e do controle interno e, a decisão tomada, não pode ser tida como ilícita. Trata-se de uma decisão Administrativa, onde presumir o extraordinário acaba se convolvendo em violação à razoabilidade e proporcionalidade.

Por fim, a afirmação genérica de que os atos praticados pelo postulante seriam violadores da legalidade, moralidade e impessoalidade deve vir acompanhada de prova empírica. Por que tais atos violam a impessoalidade? Onde, como e quando o ato do Postulante visou beneficiar alguém? Por que o pleito de contratação não pode ser tido como uma contratação normal da Administração, posto que não existem provas de conluio? Por que, mesmo decidindo pela ilegalidade plena da contratação do escritório, o Postulante teria de ser processado?

Neste toar de ideias, imperioso concluir que não existe justa causa, no que diz respeito ao defendente, para o prosseguimento da presente representação. E no ponto, sabe-se que a instauração do processo, por si só, já é um fardo por demais pesado, provocando ofensa à dignidade da pessoa humana quando ausentes as condições de procedibilidade. Resolver demandas judicialmente, seja procedimento judicial ou administrativo, é por si só motivo de esgotamento físico e psicológico de qualquer homem médio.

Voltando ao tema proposto acima, seu processamento deu-se única e exclusivamente por ter sido o secretário de administração no período em que a contratação foi entabulada, em um clássico caso, *concessa venia*, de processamento pelo que o cidadão é e representa e não pelo que efetivamente

fez. O que motivou a representação foi tão somente o cargo ocupado e não os fatos.

Quanto a esta particularidade, relevante tomar de empréstimo ensinamento de Santiago Mir Puig, ao explicar que o direito penal moderno não permite a punição de personalidades, mas de fatos concretos. Processos instaurados com base em cargo ocupado tão somente, não pode servir, ainda que neste âmbito de contas, como medida punitiva Estatal. De todo modo, ainda que na orla do Tribunal de Contas, estamos diante do Direito Administrativo Sancionador. Vamos à lição do renomado mestre:

“Em um Estado social e democrático de Direito só é lícito proibir penalmente ‘comportamentos externos’ e não meramente mentais. Desde a Revolução Francesa considera-se fundamental limitar a ação do Direito ao foro externo e ninguém discute que não é cabível punir pensamentos. Estes, enquanto não influam no mundo externo, ficam reservados à esfera da Moral. Por outro lado, no modelo de Estado acolhido pelo art.1,1, da Const., **só é admissível punir condutas e não personalidades** (Direito Penal do fato): **apenas fatos concretamente delimitados, e não a forma de ser ou o caráter da pessoa**, tal como punia o “Direito penal do autor” nacional-socialista do III Reich.”⁵

Foi-se o tempo em que para direcionar a ira Estatal, bastava apontar-se o dedo. Estamos na época de um Direito Sancionador garantista, obediente ao devido processo legal. Quem o postulante é e representa e o cargo que ocupou, não são bastantes para lhe imputar conduta disciplinarmente relevante. É preciso apontar fatos concretos, no caso deste processo, demonstrar empiricamente que houve conluio.

⁵ **Direito Penal Fundamentos e Teoria do Delito**. São Paulo:Revista dos Tribunais, 2007, p.162.

*Os grifos são intencionais.



3. Alegada terceirização de atividade típica e contínua da Administração

Ora, excelência, dentro do contexto de legalidade de todos os atos praticados pelo requerente, conforme demonstrado no tópico anterior, é impossível conjecturar a respeito de prática dolosa na contratação dos serviços advocatícios tratados neste processo. Mesmo assumindo que a contratação não seria viável, o que se faz por amor ao debate, não houve a prática de ato doloso, mormente em uma licitação escudada por parecer jurídico e do próprio controle interno, que só modificou seu entendimento em momento posterior.

De outro giro, a análise de atividade típica e contínua da administração deve ser melhor aferida nos autos. Primeiramente, é preciso acentuar que a Administração, neste caso, não terceirizou todo o serviço da Procuradoria do Município, mas tão somente contratou um escritório de advocacia para o fim específico de recuperar ativos tributários, um serviço que não era prestado pela Procuradoria, aliás, tratou-se de uma medida político/econômica inovadora em Carmo do Paranaíba.

Para conferir se se trata de atividade típica da Administração não há outra forma que não averiguar o acervo legal do Município, posto que não há uma teoria geral das atividades típicas, embora existam atividades que necessariamente devem ser prestadas pelas Procuradorias, como assessoramento jurídico superior da Administração Pública, o que não é o caso. Ou seja, o que é considerado atividade típica da procuradoria municipal, estará previsto em lei. Ora, se não há tal prestação de serviços no Município, sua contratação é necessária.

Imagina-se, a título exemplificativo, um Município que não conta, em sua estrutura, com procuradoria. Evidentemente que escritório de



advocacia terá necessariamente de ser contratado, não há outra possibilidade. Desta forma, não há legislação geral que vede a contratação de tal modalidade de prestação de serviços, muito pelo contrário, tais contratações são fomentadas por essa douta Corte de Contas, sob determinados critérios.

É preciso lembrar, nesta perspectiva, que recentemente o douto Superior Tribunal de Justiça julgou o Recurso Especial nº 1.318.740-PR, cuja relatoria coube ao eminente Ministro Herman Benjamin, onde ficou assentada a tese de que “A terceirização pela Caixa Econômica Federal dos serviços jurídicos não se revela ilegal, considerando que esses serviços não estão relacionados com a atividade-fim da empresa”. A situação entre a Caixa Econômica Federal, empresa pública que é, e o Município, que titulariza um poder, é diversa, no entanto o julgado demonstra que não há interdito em se contratar serviços jurídicos pela Administração Pública. Não é somente agora que se vislumbra escritórios de advocacia sendo contratados para laborar causas de órgãos públicos por motivos diversos.

Não é sem razão também, que ainda em 2014, a Suprema Corte fixou parâmetros para contratação de serviços advocatícios pela Administração Pública:

EMENTA: IMPUTAÇÃO DE CRIME DE INEXIGÊNCIA INDEVIDA DE LICITAÇÃO. SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA POR FALTA DE JUSTA CAUSA. A contratação direta de escritório de advocacia, sem licitação, deve observar os seguintes parâmetros: a) existência de procedimento administrativo formal; b) notória especialização profissional; c) natureza singular do serviço; d) demonstração da inadequação da prestação do serviço pelos integrantes do Poder Público; e) cobrança de preço compatível com o praticado pelo mercado. Incontrovertida a especialidade do escritório de advocacia,



deve ser considerado singular o serviço de retomada de concessão de saneamento básico do Município de Joinville, diante das circunstâncias do caso concreto. Atendimento dos demais pressupostos para a contratação direta. Denúncia rejeitada por falta de justa causa.

(Inq 3074, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 26/08/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-193 DIVULG 02-10-2014 PUBLIC 03-10-2014).

É de se notar, portanto, que tal contratação nunca foi inviável, nem mesmo proibida pelos Tribunais Pátrios. Mais recentemente, o entendimento colocado acima foi reafirmado quando do julgamento da *ADC 45*, que ainda se encontra em fase de julgamento devido a pedido de vista, oportunidade em que o Ministro Luís Roberto Barroso (relator) trouxe a seguinte ementa para seu voto:

"Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 13, V, E 25, II, DA LEI Nº 8.666/1993. CONTRATAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO .

1. Ação declaratória de constitucionalidade dos arts. 13, V, e 25, II, da Lei nº 8.666/1993, que trata da qualificação dos serviços técnicos profissionais especializados e das hipóteses de inexigibilidade de licitação. Alegação de que tais normas dão ensejo a controvérsias judiciais nos casos de contratação direta de serviços advocatícios.

2. Constitucionalidade dos arts. 13, V, e 25, II, da Lei nº 8.666/1993: disciplina legal da matéria que regulamenta com critérios razoáveis o art. 37, XXI, da CF.

3. Necessidade de conferir segurança jurídica à interpretação e aplicação dos dispositivos legais



objeto da presente ação, mediante o estabelecimento de critérios e parâmetros dentro dos quais a contratação direta de serviços advocatícios pela Administração Pública, por inexigibilidade de licitação, estará em consonância com os princípios constitucionais da matéria, especialmente a moralidade , a impessoalidade e a eficiência.

Precedentes: Inquérito 3.074, j. em 26.08.2014; MS 31.718, j. em 16.05.2018.

4. Necessidade de procedimento administrativo formal

(art. 26 da Lei nº 8.666/1993). Como todos os contratos celebrados mediante inexigibilidade de licitação, também a contratação direta de serviços advocatícios sob esse fundamento deve observar, no que couber, as exigências formais e de publicidade contidas na legislação de regência, especialmente o dever de motivação expressa, a fim de permitir a verificação de eventuais irregularidades pelos órgãos de controle e pela própria sociedade.

5. Notória especialização do profissional a ser contratado (art. 13, V, da Lei nº 8.666/1993). A escolha deve recair sobre profissional dotado de especialização incontroversa, com qualificação diferenciada, aferida por elementos objetivos, reconhecidos pelo mercado (e.g . formação acadêmica e profissional do contratado e de sua equipe, autoria de publicações pertinentes ao objeto da contratação, experiência bem-sucedida em atuações pretéritas semelhantes).

6. Natureza singular do serviço (art. 25, II, da Lei nº 8.666/1993). O objeto do contrato deve dizer respeito a serviço que escape à rotina do órgão ou entidade contratante e da própria estrutura de advocacia pública que o atende. Inviabilidade de contratar-se profissional de notória especialização para serviço trivial ou rotineiro,

exigindo-se que a atividade envolva complexidades que tornem necessária a peculiar expertise . Existência de característica própria do serviço que justifique a contratação de um profissional específico, dotado de determinadas qualidades, em detrimento de outros potenciais candidatos. Precedente: AP 348, Rel. Min. Eros Grau, j. em 15.12.2006.

7. Inadequação da prestação do serviço pelo quadro próprio do Poder Público . A disciplina constitucional da advocacia pública (arts. 131 e 132, da CF) impõe que, em regra, a assessoria jurídica das entidades federativas, tanto na vertente consultiva como na defesa em juízo, caiba aos advogados públicos. Excepcionalmente , caberá a contratação de advogados privados, desde que plenamente configurada a impossibilidade ou relevante inconveniência de que a atribuição seja exercida pelos membros da advocacia pública.

8. Contratação pelo preço de mercado . Mesmo que a contratação direta envolva atuações de maior complexidade e responsabilidade, é necessário que a Administração Pública demonstre que os honorários ajustados encontram-se dentro de uma faixa de razoabilidade, segundo os padrões do mercado, observadas as características próprias do serviço singular e o grau de especialização profissional. Essa justificativa do preço deve ser lastreada em elementos que confirmem objetividade à análise (e.g. comparação da proposta apresentada pelo profissional que se pretende contratar com os preços praticados em outros contratos cujo objeto seja análogo).

9. Parcial procedência do pedido, conferindo-se interpretação conforme a Constituição aos arts. 13, V, e 25, II, da Lei nº 8.666/1993. Fixação da seguinte tese: " São



constitucionais os arts. 13, V, e 25, II, da Lei nº 8.666/1993, desde de que interpretados no sentido de que a contratação direta de serviços advocatícios pela Administração Pública, por inexigibilidade de licitação, além dos critérios já previstos expressamente (necessidade de procedimento administrativo formal; notória especialização profissional; natureza singular do serviço), deve observar: (i) inadequação da prestação do serviço pelos integrantes do Poder Público; e (ii) cobrança de preço compatível com o praticado pelo mercado" .
(Grifos Intencionais)

Portanto, eminente Julgador, tem-se que, em uma análise superficial, a contratação não foi ilegal, pois não se tratava de serviço rotineiro da Administração, mas de teses tributárias que escapavam da rotina jurídica do Município de Carmo do Paranaíba, tanto que tais recuperações tributárias jamais foram viabilizadas pela municipalidade. Deste modo, a alegação de que foi terceirizada atividade típica e contínua não está de acordo com a jurisprudência praticada pela Suprema Corte do País.

Para além disso, a Representação apresenta instrução deficiente, ao passo em que é impossível analisar se foi terceirizada atividade fim sem aferir a legislação local, que não foi juntada aos autos. Como é que se chega à conclusão de que esta seria atividade fim, se a lei sequer foi analisada? Tal fator demonstra, indene de dúvidas, a precipitação no que diz respeito ao processamento do ora Postulante. Vale anotar, outrossim, que o artigo 376 do Código de Processo Civil aduz que "A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar". Ora, como se fala, na representação, sobre questões normativas municipais, sem acostar tais legis para fundamentar tão séria acusação?

Por outro lado, o Ministério Público alega o teor da Consulta julgada



por essa douta Corte de Contas, tombada sob o nº873.919, como se ela inviabilizasse, por si só, a contratação discutida nos autos. Ora, não é o que diz o acórdão da consulta que aborda a inviabilidade de tais contratações em um cenário onde haja procuradoria municipal que abrange os processos do Município, mas permite contratação, mediante condições..

Neste contexto, pergunta-se: foi analisada a legislação municipal, a fim de verificar a competência da Procuradoria para esse mister? A resposta é negativa.

Por fim, o Ministério Público de Contas afirma que a justificativa apresentada pela Comissão de Licitação para fundamentar a inexigibilidade seria genérica. Não é. Foi apresentada justificativa, inclusive citando o benefício que a contratação poderia trazer para o Município resgatando ativos e recebendo honorários a partir do resgate, de modo que a contratação seria necessariamente proveitosa do ponto de vista financeiro. O fundamento não é genérico, é concreto, pois indica elementos empíricos.

Alega, o Ministério Público de Conta do Estado, que o Município à época da contratação, existia Procuradoria Jurídica, considerando que o parecer jurídico é assinado pela Procuradora-Geral do Município – Sra. Luana Fonseca de Mattos e um estagiário – Luiz Fernando Vinhal Couto e mais três cargos de Advogados, além da Procuradora-Geral, ocupados pelo Sr. Dayrell Vinhal Silva, Dra. Juliana Oliveira Vieira e Dra. Priscila Gonçalves Costa.

Realmente, o Município contava com os esses Advogados no seu quadro de servidores públicos, no entanto, cada um atuava em uma área específica, o Dr. Dayrell era Advogado do CREAS – Centro de Referência Especializada e Assistência Social, Dra. Juliana Oliveira Vieira atua na Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Dra. Priscila Gonçalves na Secretária Municipal de Desenvolvimento Social. (doc. anexo)

Pode-se observar que, cada Advogado atua diretamente em uma área

especifica, e o Município não contava na época da contratação servidor jurídico na área tributária, especialista em recuperação de tributos.

Portanto, ilustre Relator, postula-se pela consideração das questões acima abordadas, a fim de considerar os fundamentos jurídicos acima expostos.

4. Ausência dos requisitos de notória especialização, inviabilidade de competição, singularidade do objeto e notória especialização.

Eminente Conselheiro, aqui pode ter havido, em algum ponto, erro material, de interpretação legislativa ou de qualquer outra ordem. É preciso anotar, neste cenário, que na Administração Pública existem casos de equívocos, erros porventura cometidos, mas que nem de longe representam crime, improbidade ou qualquer tipo de ofensa dolosa à legislação. Erra-se como todos seres erram e, como tem acentuado o douto Superior Tribunal de Justiça “A lei alcança o administrador desonesto, não o inábil” (RESP 1838115/SP). Não por outra razão também que a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro passou a dispor, em seu artigo 28, que “o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro”. Portanto, conclui-se que não há outra forma de responsabilizar o gestor público que não por dolo ou erro grosseiro, hipóteses que não podem ser vislumbradas nos autos.

Ora, não se revela crível punir nesta seara de julgamento de contas, meros equívocos, ou nem mesmo isso, simples atos que nem de longe representam dolo ou culpa.

Por outro lado, eminente Conselheiro, é preciso lembrar o óbvio, pois dele a Reclamação parece passar ao largo. Serviço jurídico não é um corpo estranho à lei nº8.666/93, pois é em seu próprio artigo 13, inciso V que estabelece como modalidade de serviço técnico profissional para ser contratado, o “patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas”.

Posteriormente, já em seu artigo 25, inciso II, a lei nº8.666/93 aborda sobre a possibilidade de se contratar, **mediante inexigibilidade de licitação**, justamente aqueles profissionais elencados no artigo 13. De modo que não há vedação, como quer fazer crer o Ministério Público.

Os requisitos do artigo 26 da mesma lei parecem ter sido todos atendidos. Instruem este processo uma extensa documentação que justifica, do ponto de vista técnico estabelecido para inexigibilidade de licitação, a contratação do escritório: os advogados componentes dos quadros participavam de comissões tributárias da OAB, detinham MBA em área afeta aos interesses envolvidos na licitação, participaram de palestras, congressos, tudo a demonstrar que os patronos eram pessoas com notória especialização na área de direito tributário, como assim considerou a comissão de licitação.

Recentemente, o douto Tribunal de Justiça de Minas Gerais, aferindo as condições de Ação Penal que discutia justamente a contratação de escritório de advocacia por ente Municipal, lançou a seguinte ementa:

EMENTA: PROCESSO CRIME DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA - FRAUDE AO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO (ART. 89 DA LEI 8.666/93) - PREFEITO MUNICIPAL - ADVOGADO BENEFICIÁRIO - ADVOGADO QUE EMITE PARECER FAVORÁVEL À DISPENSA DE LICITAÇÃO - INVIOABILIDADE PROFISSIONAL - REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. Não havendo indícios suficientes das práticas delituosas denunciadas, inexistente crime em tese, fato que impõe a rejeição da denúncia em relação aos denunciados. Denúncia rejeitada.

V.v.

AÇÃO PENAL - ART. 89 DA LEI 8.666/93 - DELITO FORMAL - DENÚNCIA FORMALMENTE PERFEITA - RECEBIMENTO DA DENÚNCIA QUE SE IMPÕE.



Atendidos os requisitos elencados no art. 41 do Código de Processo Penal, além de presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, é de se receber a denúncia regularmente oferecida em desfavor do denunciado. (TJMG - Proc. Investigatório MP 1.0000.19.010507-2/000, Relator(a): Des.(a) Antônio Carlos Cruvinel, 3ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 11/08/2020, publicação da súmula em 28/08/2020)

Embora a ementa fale sobre dispensa de licitação, a leitura do inteiro teor do acórdão demonstra que neste caso, a licitação também foi considerada inexigível. Trata-se de erro material. Aliás, colha-se trecho do inteiro teor do voto condutor do acórdão:

“O Parquet de Minas Gerais denunciou o Prefeito Municipal de São Francisco Evanildo Aparecido Carneiro e o advogado Aéliton Pontes Matos, como incurso nas sanções do artigo 89, caput, e parágrafo único, da Lei 8.666/93, porque o alcaide teria deliberado pela **inexigibilidade de licitação, empresa de advogados com a qual mantinha vínculos anteriores à sua assunção**, e o advogado teria concorrido para a consumação da inexigibilidade da licitação e dela se beneficiou.

O art. 25, II, da Lei nº. 8.666/93, dispõe sobre as hipóteses de inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos necessários ao interesse público, especificados no artigo 13 da mesma Lei, que possuam caráter singular e que devam ser realizados por profissionais de notória especialização.

O aludido dispositivo apresenta três requisitos a serem satisfeitos cumulativamente pelo agente público, para que possa ser inexigido o processo licitatório para a

contratação daqueles serviços, quais sejam: - I: o enquadramento do serviço ao rol taxativo, disposto no art.13, da Lei nº. 8.666/93; II: a comprovação da notória especialização e qualificações pessoais do profissional a ser contratado e III: a comprovação da singularidade do objeto do contrato, ou seja, do serviço a ser contratado.

Tais condições devem ser corroboradas pelo agente público por um processo de justificação, previsto no artigo 26, da Lei nº. 8.666/93, no qual devem ser apresentadas as justificativas que o a levaram concluir pela inexigibilidade de licitação, demonstrando o cumprimento daqueles requisitos, dispostos no art.25, da Lei nº. 8.666/93.

Como se percebe, o caso é deveras parecido. No excerto, foi contratado inclusive escritório de advocacia com inexigibilidade e com advogado com quem o prefeito detinha relação pessoal. Nos parece por demais óbvio, ilustrado Conselheiro, que punir o Postulante por um ato não cometido, seria ato desproporcional por si só.

Portanto, douto Relator, restando provado que não existe qualquer tipo de conluio entre o requerente e quem quer que esteja envolvido na suposta senda criminosa apurada nos autos, impossível perfazer sua condenação sem demonstração de dolo ou culpa.

5. A alegação de que pagamentos foram efetuados anteriormente à efetivação dos créditos.

A prova dos autos demonstra, indene de dúvidas, que o requerente não fazia pagamentos inadvertidamente, como parece fazer crer a inicial acusatória. Há inclusive mensagem em que o advogado envolvido reclama da falta de pagamento, no que é advertido no sentido de que o Prefeito iria conversar com Itagiba.

Ora, resta demonstrado que os adimplementos não eram realizados de qualquer modo, com qualquer grau de ilegalidade. Pelo contrário, a prova dos autos milita em outro sentido, o de que Itagiba sempre foi pessoa correta e republicana na gestão do erário.

De todo modo, *concessa venia*, a inicial é imprecisa ao apontar que o pagamento teria sido efetuado de modo ofensivo aos cofres públicos. É a própria exordial quem traz o seguinte raciocínio:

"81. Apesar de requisitadas as informações e documentos (Ofício 085/2017/GABCM/MPC) comprobatórios da execução do contrato, a gestão atual encaminhou tão somente notas de empenho, autorização de fornecimento/serviço, notas fiscais, boletos, ordens e comprovantes de pagamento.

76. Não foram enviados documentos e informações que comprovem a efetiva homologação das compensações realizadas pelo escritório contratado, muito menos de ações judiciais ajuizadas em favor do município pelo escritório Costa Neves como dispõe a terceira fase da execução dos serviços.

77. A propósito, não há sequer segurança de que os valores apontados pelo escritório contratado como indevidamente recolhidos pelo Município terão êxito em sua compensação, necessitando de verificação e homologação da Receita Federal do Brasil para a sua efetivação."

Ora, excelência, se não há prova concreta, escoreita, indene de dúvidas, a respeito das compensações, a imputação imposta neste capítulo é de todo infundada.


4. Pedidos

Diante do exposto, feitas as justificativas quanto a todos os itens apontados na Representação supracitada e, ficando demonstrada a inviabilidade de se condenar o ora Postulante, é que se requer a rejeição da inicial, com o consequente arquivamento do processo no que diz respeito ao requerente ou, *ad argumentandum tantum*, sejam julgados improcedentes os pedidos contidos na exordial.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Carmo do Paranaíba-MG., 01 de dezembro de 2020



MAURO DE PAULA VIEIRA
OAB/MG 186115

BELCHIOR GUIMARÃES ALVES FILHO
OAB/DF 45095 E OAB/TO 9294-A

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
ITAGIBA DE PAULA VIEIRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
M4226456 SSP MG

CPF DATA NASCIMENTO
542.452.656-04 01/01/1966

FILIAÇÃO
ANTONIO DE DEUS VIEIRA
MARIA ABADIA DE PAULA
VIEIRA

PERMISSÃO ACC CATHAB
B

Nº REGISTRO
01481746427

VALIDADE
28/08/2025

1ª HABILITAÇÃO
15/11/1995

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
PATOS DE MINAS, MG

DATA EMISSÃO
03/09/2020

Kleyverson Rezende
Diretor DETRAN/MG
ASSINATURA DO EMISSOR

04500026188
MG579610691

MINAS GERAIS

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ITAGIBA DE PAULA VIEIRA, brasileiro, casado, inscrito no **CPF 542.452.656-04**, cédula de identidade nº M-4.226.456-SSP/MG, residente e domiciliado com endereço para correspondência à Rua Atanásio dos Santos, nº99, bairro Centro, Carmo do Paranaíba-MG., CEP 38840-000,

OUTORGADO: MAURO DE PAULA VIEIRA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/MG 186115, CPF 039.359.856-06, com endereço Rua Atanásio dos Santos, 99, Centro, Carmo do Paranaíba-MG., CEP 38840-000. Telefone 34-99961-1906, endereço eletrônico mauroadvjuridica@gmail.com e **BELCHIOR GUIMARÃES ALVES FILHO**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/DF 45.095 e 9294-A OAB/TO, escritório SHIS QL 06 Cj. 01 Cs.04, Lago Sul Brasília/DF CEP 71.620.015, endereço eletrônico belchiorfilho@nilsonnaves.adv.br.

PODERES: por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastante procurador o outorgado, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, para o foro em geral, administrativo para: defesa no processo nº 1084213 Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Carmo do Paranaíba-MG, 30 de novembro de 2020


ITAGIBA DE PAULA VIEIRA

ANEXOS



Município de Carmo do Paranaíba – MG
CNPJ 18.602.029/0001-09
Sede Administrativa: Praça. Misael Luiz de Carvalho – 84
38.840-000 – CARMO DO PARANAÍBA
PABX: (034) 3851-2300 FAX (034) 3851-2691

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 166/2015

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços entre o
MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA e DAYRELL
VINHAL SILVA.

O MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA, Estado de Minas Gerais, CNPJ n.º 18.602.029/0001-09, com sede na Praça Misael Luiz de Carvalho, n.º 84, neste ato denominado CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal MARCOS AURÉLIO COSTA LAGARES, brasileiro, casado, CPF 903.165.766-20, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Lázaro de Deus Vieira, n.º 1.450, e DAYRELL VINHAL SILVA, brasileiro, solteiro, RG 2.401.795 SSP/DF, CPF n.º 073.114.746-47, residente e domiciliado na Rua Manoel Sabino, n.º 264, Bairro Centro, em Carmo do Paranaíba, Minas Gerais, neste ato denominado CONTRATADO, celebram o presente contrato, em conformidade com o disposto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

Compromete-se o CONTRATADO, por força deste instrumento, a prestar ao CONTRATANTE 30 (trinta) horas semanais, na função de **ADVOGADO**, no Centro de Referência Especializada e Assistência Social - CREAS, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato tem início em 1º de junho de 2015 e término em 31 de maio de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - REMUNERAÇÃO

O CONTRATADO receberá, mensalmente, pelos seus serviços, a importância de R\$ 2.145,66 (dois mil cento e quarenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), a ser paga na mesma data de pagamento dos demais servidores públicos municipais.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária n.º 2.0185.08.244.0802.3.1.90.04.00.00, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA QUINTA - RESCISÃO

A falta de cumprimento de qualquer das obrigações aqui assumidas permitirá a qualquer das partes considerarem rescindido este contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial.



5



Município de Carmo do Paranaíba – MG
CNPJ 18.602.029/0001-09
Sede Administrativa: Praça. Misael Luiz de Carvalho – 84
38.840-000 – CARMO DO PARANAÍBA
PABX: (034) 3851-2300 FAX (034) 3851-2691

§ 1º É facultado ao CONTRATANTE rescindir unilateralmente o presente contrato, desde que haja conveniência administrativa, hipótese em que o CONTRATADO fará jus apenas à percepção dos dias trabalhados.

§ 2º Em caso de rescisão pelo CONTRATADO, este fará jus ao recebimento dos dias trabalhados.

§ 3º O termo do presente contrato colocará fim a todas as obrigações ora assumidas.

CLÁUSULA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

O CONTRATADO será segurado obrigatório do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme § 13 do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Findo o prazo estipulado neste contrato, o CONTRATADO fará jus à percepção de férias e 13º salário proporcionais ao período trabalhado.

CLÁUSULA SÉTIMA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Carmo do Paranaíba para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do presente contrato.

E, por estarem assim justas e pactuadas, firmam o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

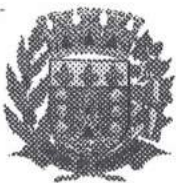
Carmo do Paranaíba-MG, 28 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA
CONTRATANTE

DAYRELL VINHAL SILVA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:





Município de Carmo do Paranaíba – MG
CNPJ 18.602.029/0001-09
Sede Administrativa: Praça. Misael Luiz de Carvalho – 84
38.840-000 – CARMO DO PARANAÍBA
PABX: (034) 3851-2300 FAX (034) 3851-2691

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 068/2014

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços entre o
MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA e JULIANA
OLIVEIRA VIEIRA.

O MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA, Estado de Minas Gerais, CNPJ n.º 18.602.029/0001-09, com sede na Praça Misael Luiz de Carvalho, n.º 84, neste ato denominado CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal MARCOS AURÉLIO COSTA LAGARES, brasileiro, casado, CPF 903.165.766-20, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Lázaro de Deus Vieira, n.º 1.450, e JULIANA OLIVEIRA VIEIRA, brasileira, solteira, RG MG-12.577.990 SSP/MG, CPF n.º 052.916.936-30, residente e domiciliada na Rua Ismael Furtado, n.º 370, Bairro Paranaíba, em Carmo do Paranaíba, Minas Gerais, neste ato denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato, em conformidade com o disposto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

Compromete-se a CONTRATADA, por força deste instrumento, a prestar ao CONTRATANTE 30 (trinta) horas semanais, na função de **ADVOGADO**, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato tem início em 10 de fevereiro de 2014 e término em 30 de junho de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - REMUNERAÇÃO

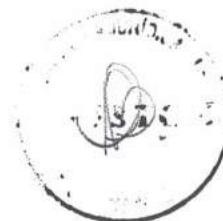
A CONTRATADA receberá, mensalmente, pelos seus serviços, a importância de R\$ 1.910,20 (um mil novecentos e dez reais e vinte centavos), a ser paga na mesma data de pagamento dos demais servidores públicos municipais.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária n.º 2.0222.08.244.0801.3.1.90.04.00.00, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA QUINTA - RESCISÃO

A falta de cumprimento de qualquer das obrigações aqui assumidas permitirá a qualquer das partes considerar rescindido este contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial.





Município de Carmo do Paranaíba – MG
CNPJ 18.602.029/0001-09
Sede Administrativa: Praça. Misael Luiz de Carvalho – 84
38.840-000 – CARMO DO PARANAÍBA
PABX: (034) 3851-2300 FAX (034) 3851-2691

§ 1º É facultado ao CONTRATANTE rescindir unilateralmente o presente contrato, desde que haja conveniência administrativa, hipótese em que a CONTRATADA fará jus apenas à percepção dos dias trabalhados.

§ 2º Em caso de rescisão pela CONTRATADA, este fará jus ao recebimento dos dias trabalhados.

§ 3º O termo do presente contrato colocará fim a todas as obrigações ora assumidas.

CLÁUSULA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA será segurada obrigatório do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme § 13 do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Findo o prazo estipulado neste contrato, a CONTRATADA fará jus à percepção de férias e 13º salário proporcionais ao período trabalhado.

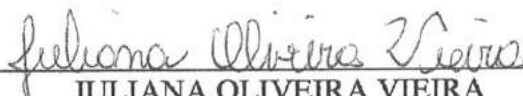
CLÁUSULA SÉTIMA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Carmo do Paranaíba para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do presente contrato.


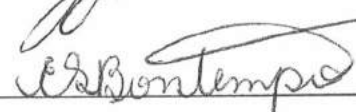
E, por estarem assim justas e pactuadas, firmam o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

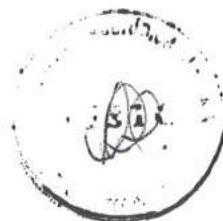
Carmo do Paranaíba-MG, 07 de fevereiro de 2014.


MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA
CONTRATANTE


JULIANA OLIVEIRA VIEIRA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:





Município de Carmo do Paranaíba – MG
CNPJ 18.602.029/0001-09
Sede Administrativa: Praça. Misael Luiz de Carvalho – 84
38.840-000 – CARMO DO PARANAÍBA
PABX: (034) 3851-2300 FAX (034) 3851-2691

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 078/2014

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços entre o
MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA e PRISCILA
GONÇALVES COSTA.

O MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA, Estado de Minas Gerais, CNPJ n.º 18.602.029/0001-09, com sede na Praça Misael Luiz de Carvalho, n.º 84, neste ato denominado CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal MARCOS AURÉLIO COSTA LAGARES, brasileiro, casado, CPF 903.165.766-20, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Lázaro de Deus Vieira, n.º 1.450, e PRISCILA GONÇALVES COSTA, brasileira, solteira, RG MG-12.109.977 SSP/MG, CPF n.º 064.503.716-84, residente e domiciliada na Rua Patos de Minas, n.º 275, Bairro Alto Niterói, em Carmo do Paranaíba, Minas Gerais, neste ato denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato, em conformidade com o disposto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

Compromete-se a CONTRATADA, por força deste instrumento, a prestar ao CONTRATANTE 30 (trinta) horas semanais, na função de **ADVOGADO**, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato tem início em 10 de fevereiro de 2014 e término em 30 de junho de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - REMUNERAÇÃO

A CONTRATADA receberá, mensalmente, pelos seus serviços, a importância de R\$ 1.910,20 (um mil novecentos e dez reais e vinte centavos), a ser paga na mesma data de pagamento dos demais servidores públicos municipais.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária n.º 2.0222.08.244.0801.3.1.90.04.00.00, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA QUINTA - RESCISÃO

A falta de cumprimento de qualquer das obrigações aqui assumidas permitirá a qualquer das partes considerar rescindido este contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial.





Município de Carmo do Paranaíba – MG
CNPJ 18.602.029/0001-09
Sede Administrativa: Praça. Misael Luiz de Carvalho – 84
38.840-000 – CARMO DO PARANAÍBA
PABX: (034) 3851-2300 FAX (034) 3851-2691

§ 1º É facultado ao CONTRATANTE rescindir unilateralmente o presente contrato, desde que haja conveniência administrativa, hipótese em que a CONTRATADA fará jus apenas à percepção dos dias trabalhados.

§ 2º Em caso de rescisão pela CONTRATADA, este fará jus ao recebimento dos dias trabalhados.

§ 3º O termo do presente contrato colocará fim a todas as obrigações ora assumidas.

CLÁUSULA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA será segurada obrigatório do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme § 13 do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Findo o prazo estipulado neste contrato, a CONTRATADA fará jus à percepção de férias e 13º salário proporcionais ao período trabalhado.

CLÁUSULA SÉTIMA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Carmo do Paranaíba para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do presente contrato.

E, por estarem assim justas e pactuadas, firmam o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Carmo do Paranaíba-MG, 10 de fevereiro de 2014.


MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA
CONTRATANTE


PRISCILA GONÇALVES COSTA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

